

48 Acompanhamento. O Presidente da Comissão informou que os trabalhos foram iniciados no dia
49 19 de março de 2020, e até o presente momento foram discutidos os seguintes pontos: análise
50 do Decreto Estadual; formalização da comunicação das ações da Seccional; prorrogação das
51 parcelas da anuidade de março, abril e maio de 2020, mediante requerimento; sugeriu à Caarn
52 o disciplinamento para concessão de benefícios; Que a Caarn promova o atendimento
53 psicológico aos advogados, por videoconferência; Que seja estabelecimento e criada uma rede
54 de solidariedade para auxiliar a advocacia e sociedade; Que foi ajustado com o Banco do Brasil
55 sobre o pagamento dos alvarás em Natal e Mossoró; Que foi discutido a retomada do
56 andamentos dos processos eletrônicos; Que foi discutido sobre a criação do fundo emergencial
57 criado pelo Conselho Federal da OAB; Que a Comissão criou canal de discussão com as
58 Secretarias de Saúde do Estado e Município, na tentativa de auxiliar no que for possível. Na
59 reunião de 27 de março foram discutidos: Que a Caixa Econômica Federal necessita regularizar
60 o pagamento dos alvarás, e que em Caicó os pagamentos dos alvarás estão ocorrendo de maneira
61 satisfatória pelos Bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal; Que a situação da pandemia do
62 Covid-19 está em número ascendente no Estado; Que a Seccional inicialmente não vai
63 promover nenhuma campanha de apoio para arrecadação de valores; Que as Diretorias da OAB
64 e Caarn irão discutir como se dará o auxílio e assistencialismo aos advogados, tendo em vista a
65 disponibilização de valores do Conselho Federal da OAB; Que no dia 30 de março a Caarn
66 recebe as vacinas contra a gripe H1N1. Na reunião de 02 de abril foram discutidos os temas: I)
67 Que o Secretário-Geral da OAB/RN informou que em razão da suspensão das atividades até 30
68 de abril de 2020, conforme Resolução Conjunta n. 01/2020, foram concedidas férias a maioria
69 dos funcionários da Seccional e Subseccionais. Entretanto, a OAB/RN manteve ao menos um
70 funcionário por setor, com intuito de manter a prestação dos serviços aos advogados, por
71 teletrabalho. Informou, ainda, que os processos administrativos estão em andamento, inclusive
72 com a realização de juramento dos novos advogados na Seccional e Subseccionais. A Presidente
73 da OAB Mossoró informou que a Subseccional organizou sessão de juramento para os novos
74 advogados; II) Que o Tesoureiro comunicou que a Seccional acordou com o Banco do Brasil,
75 a liberação para pagamento dos alvarás, estando a partir de hoje os pagamentos ocorrendo a
76 contento. Comunicou, ainda, que o convênio proposto pela Caixa Econômica Federal não
77 atende a advocacia, sendo mais indicado manter o atual formato de pagamento dos alvarás. A
78 Presidente da OAB Assu informou que se reuniu com os representantes dos bancos e que espera
79 pela normalização do serviço; III) Que foi discutida a morosidade do andamento dos processos
80 na justiça comum, inclusive nas razões de saúde. O Presidente da Comissão solicitou que sejam
81 identificadas as Varas que estão apresentando morosidade no andamento dos processos, e que
82 após o recebimento das informações encaminhará à Ouvidoria da Seccional para
83 acompanhamento; IV) Que foi relatada a dificuldade de acesso aos magistrados, porém fará
84 levantamento das escalas de atendimento junto a Ouvidoria do TJ/RN, e, em seguida,
85 apresentará as informações à Comissão; V) Que a membro da Comissão Valderice Nóbrega da
86 Silva informou que na última segunda-feira a Caarn foi informada que os voos que trariam as
87 vacinas de combate a gripe do (H1N1) foram cancelados. A Caarn está aguardando
88 posicionamento do Conselho Federal da OAB sobre o como se dará o recebimento das vacinas.
89 O Concad vai publicar nota sobre o cancelamento da campanha, que no Estado do Rio Grande
90 do Norte estava agendada para iniciar dia 01 de abril do corrente ano. A Comissão sugeriu que
91 a Caarn promova a publicação de sua própria nota explicativa aos advogados, bem como expeça
92 ofício à Aeronáutica, na tentativa de viabilizar o recebimento das vacinas utilizando os voos
93 das aeronaves militares que chegam em Natal/RN; VI) Que a Comissão decidiu por sugerir à
94 Seccional que oficie solicitando reunião com o Secretário de Saúde do Estado e Secretários de

95 Saúde dos Municípios das Subseccionais, onde serão requeridas informações sobre os relatórios
96 diários divulgados sobre a pandemia do Covid-19 no Rio Grande do Norte, bem como será
97 solicitado que os profissionais da saúde que estão trabalhando nesse período, e que pertencem
98 ao grupo de risco não sejam obrigados a trabalhar com grande exposição e probabilidade maior
99 de contrair o vírus do Covid-19. A Presidente da OAB Mossoró informou que em Mossoró já
100 não existem mais leitos disponíveis para receber os pacientes que precisam internação, bem
101 como que os profissionais da saúde estão adoecendo, e em alguns casos estão apresentando
102 atestados médicos para não serem colocados em risco de contaminação. A membro da
103 Comissão Valderice Nóbrega da Silva propôs envio de expediente à direção do Hospital
104 Walfredo Gurgel para que os profissionais da saúde que se encontram nos grupos de risco sigam
105 o protocolo sugerido pela Organização Mundial de Saúde. O Presidente da Comissão entrará
106 em contato com o Coordenadoria de Operações de Hospitais e Unidades de Referência –
107 COHUR, a fim de tomar conhecimento se os hospitais estão seguindo o protocolo da OMS;
108 VII) Que a membro da Comissão Valderice Nóbrega da Silva informou que a direção do
109 Hospital Walfredo Gurgel está pretendendo deslocar o único ponto de tratamento de queimados
110 do Estado, com a finalidade de receber leitos para as pessoas que precisam do tratamento contra
111 o Covid-19. O Presidente da Comissão questionará a Coordenadoria de Operações de Hospitais
112 e Unidades de Referência – COHUR, se essa alteração será efetuada; VIII) Que a Presidente da
113 OAB de Assu relatou a necessidade de cumprimento do decreto Estadual que se refere a
114 proibição de aglomerações de pessoas, tendo em vista que nas agências bancárias de Assu/RN
115 a população se aglomera diariamente na busca de atendimento bancário. Comunicou, que após
116 contato com a Promotoria de Assu foi informada que os gerentes dos bancos irão adotar
117 providências para garantir o cumprimento do decreto, e que vai ser verificado o seu
118 cumprimento. A Presidente da OAB Goianinha informou que nas cidades que abrangem a
119 Subseccional, parte da população não vem respeitando as indicações de isolamento indicadas
120 pela OMS. A Comissão vai solicitar que a Seccional promova reforço na campanha para que a
121 população promova o isolamento social; IX) Que a Presidente da OAB Mossoró comunicou
122 que recebeu informação que a Prefeitura de Mossoró ainda está com dificuldades para concluir
123 a contratação da ampliação dos leitos na cidade. Comunicou, ainda, que recebeu a informação
124 que não existe mais leitos na UTI, seja dos hospitais públicos ou privados. O Presidente da
125 Comissão informou que vai se reunir com os responsáveis da COHUR, e vai incluir a Presidente
126 da OAB Mossoró e Pau dos Ferros na conversa por vídeo conferência. A Presidente da OAB
127 Assu informou que os pacientes de Assu são atendidos na cidade de Mossoró, por falta de
128 hospital na cidade. Após a reunião, caso não seja vislumbrada a disponibilidade de novos leitos
129 a população de Mossoró e Pau dos Ferros, a Comissão irá sugerir à Diretoria da Seccional para
130 que ajuíze ação, com intuito de garantir a disponibilidade de leitos a população dessas cidades;
131 X) Que o Presidente da Comissão informou que em Natal/RN, a Prefeitura fará a entrega de
132 cem novos leitos para atender pacientes do Covid-19, após a finalização da reforma de espaço
133 para receber o hospital de campanha, que será localizado em um antigo hotel na Via Costeira,
134 bem como será montado hospital de campanha em parte do estádio Arena das Dunas; XI) Que
135 a Comissão da Seccional não vai promover apoio/divulgação de campanhas para arrecadação
136 de valores financeiros que não sejam promovidas por Instituições. Em seguida, o Presidente da
137 Seccional passou a palavra ao Ouvidor-Geral que iniciou informado que recebeu mais de
138 quatrocentos e oitenta e três demandas, principalmente sobre o pagamento de alvarás nos
139 bancos estatais, porém foi feito acordo com o Banco do Brasil e o serviço vem sendo
140 normalizado, sendo atualmente o grande problema da advocacia para recebimento de alvarás,
141 RPV's e precatórios por parte da Caixa Econômica Federal. Informou, ainda, que tem recebido

142 muitas demandas sobre a falta de disponibilidade de acesso as Varas e de conseguir despachar
143 com os magistrados da Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, porém a maior reclamação
144 que recebeu se refere a paralisação do Poder Judiciário. O Presidente Seccional informou que
145 caso não seja formulado o acordo com a Caixa Econômica Federal até amanhã, a Seccional vai
146 protocolar ação que garanta o pagamento dos alvarás, RPV's e precatórios durante a pandemia.
147 O Conselheiro Pedro Arthur Medeiros Florentino propôs que a Seccional solicite do Tribunal
148 de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte a divulgação da produtividade do Tribunal durante
149 a pandemia, solicitou ainda, que seja encaminhado expediente ao Tribunal de Justiça
150 requerendo que os juízes despachem com os advogados, tendo em vista a dificuldade de contato,
151 inclusive por telefone. O Conselheiro Pedro Emanuel Braz Petta relatou que os servidores do
152 Tribunal não estão atendendo os números de telefones que foram disponibilizados. O
153 Conselheiro Sildilon Maia Thomaz do Nascimento informou ao Conselho Seccional que o
154 hospital regional de Caicó reservou todos os seus leitos para atender exclusivamente casos do
155 novo coronavírus, e que os demais casos de saúde são encaminhados para cidade de Currais
156 Novos, que possui baixo número de leitos. O Conselheiro Manoel Dagonia Fernandes Braga
157 comunicou que recebeu portaria referente a instauração o processo judicial eletrônico criminal,
158 tendo encaminhado processo com as considerações da Comissão de Advogados Criminalistas
159 ao Secretário-Geral para conhecimento e providências. Comunicou, ainda, que no Estado da
160 Paraíba os advogados estão tendo acesso aos clientes nos presídios, nos casos emergenciais,
161 diferentemente do que ocorre no Estado do Rio Grande do Norte. Por fim, indagou à Presidência
162 sobre a inclusão da advocacia privativa como atividade essencial, tendo em vista que o decreto
163 do Estado do Rio Grande do Norte inseriu somente advocacia pública como atividade essencial.
164 O Presidente Seccional comunicou que oficiou a Secretaria de Segurança Pública requerendo
165 que os advogados tenham acesso aos seus clientes, nos casos emergenciais, porém o Secretário
166 de Segurança não deu o devido encaminhamento do ofício aos diretores dos presídios.
167 Comunicou, ainda, que determinou a representação na Corregedoria dos diretores dos presídios
168 que não atenderam a determinação da Secretaria, bem como protocolou mandado de segurança
169 a fim de garantir o acesso dos advogados aos presídios. Em seguida, passou a palavra ao
170 Tesoureiro Alexander Henrique Nunes Gurgel para pronunciar sobre o segundo tema da pauta,
171 concernente a situação financeira da Seccional. O Tesoureiro informou que houve uma grande
172 perda de receita, no valor superior a trezentos mil reais no mês de março, resultando em mais
173 de sessenta por cento de inadimplentes. A Seccional está avaliando todos os itens em que possa
174 ocorrer a redução de despesas, compatibilizando com a nova situação de arrecadação. Informou,
175 ainda, que está em tratativas com bancos para obtenção de linhas de créditos para os advogados,
176 facilitando o exercício da advocacia. Posteriormente, foi passada a palavra ao Secretário-Geral
177 que comunicou o fechamento da Seccional e Subseccionais até trinta de abril, tendo sido
178 concedido férias a mais de 80% dos funcionários, porém com a manutenção do funcionamento
179 de todos os serviços essenciais. Parabenizou os membros da Comissão de Sociedade de
180 Advogados e da Comissão de Seleção e Inscrição, bem como os funcionários pela manutenção
181 do trabalho e das reuniões, inclusive a Comissão de Seleção e Inscrição realizou mais de cinco
182 solenidades de juramentos de forma virtual. Comunicou, ainda, que a Secretaria Geral também
183 manteve os seus serviços. Comunicou que o setor de Comunicação atualmente se encontra sob
184 a coordenação de Bruno Oliveira e Rafael Medeiros, que estão alterando a linha de
185 comunicação da Seccional. Comunicou que participou do Colégio de Secretários-Gerais da
186 OAB, e que um dos questionamentos que apresentou na reunião foi a respeito da
187 disponibilização de um *software* de gestão para uso das Seccionais, conforme o Conselho
188 Federal ficou de apresentar na última reunião, tendo o Secretário-Geral do Conselho Federal

189 assumido o compromisso de até final de 2020 resolver esse assunto, possibilitando a
190 substituição do sistema atualmente utilizado na Seccional - dataged. Por fim, indagou ao
191 Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal, a fim de que o Conselho
192 Federal da OAB examine um projeto de lei que tramita no Senado Federal, que visa a suspensão
193 do pagamento dos precatórios pelos Estados. O Presidente Seccional informou que a Diretoria
194 preparou minuta de resolução regulamentando o funcionamento/julgamento das Sessões do
195 Conselho, dos Presidentes de Subseccionais, do Tribunal de Ética e Disciplina e das Comissões.
196 Informou, ainda, que caso os prazos sejam retomados após o dia 30 de abril de 2020, a Seccional
197 vai viabilizar espaço com computadores e *internet* com intuito de auxiliar os advogados que
198 necessitem de ferramentas para exercer a advocacia. Por fim, o Secretário-Geral informou que
199 encaminhou a minuta da resolução aos Conselheiros. Em seguida, o Presidente passou a palavra
200 à Vice-Presidente da Seccional, que informou as ações que as Comissões da Seccional estão
201 desenvolvendo durante o período da pandemia, destacando as intervenções da Comissão de
202 Defesa das Prerrogativas que propôs ação contra o Banco do Brasil e ação contra o
203 administrador do sistema penitenciário estadual; Que a Comissão de Apoio a Advocacia
204 Iniciante vai realizar uma edição *on-line* do “OAB Integra”; Que a Comissão de Seleção e
205 Inscrição continua tomando juramento e recebendo novos inscritos; Que a Comissão de
206 Advogados Criminalistas se reuniu para avaliar portaria conjunta do TJ/RN; Que a Comissão
207 de Assistência Jurídica vem realizando atendimentos por telefone; Que a Comissão de Meio
208 Ambiente está desenvolvendo uma cartilha sustentável para divulgar durante a pandemia; Que
209 a Comissão da Mulher Advogada iniciou campanha em defesa das mulheres, contra a violência
210 doméstica; Que a Comissão de Acesso à Justiça trabalhou para facilitar o contato dos advogados
211 com o Poder Judiciário; Que a Comissão de Estágio e Exame de Ordem despachou todos os
212 processos que se encontravam em análise; Que a Comissão de Direito Administrativo emitiu
213 parecer acerca da legalidade da realização de audiências por videoconferência; Que a Comissão
214 de Defesa dos Direitos do Idoso desenvolveu campanha em defesa do direito dos idosos; Que
215 a Comissão de Direito Eleitoral vai realizar *live* sobre as próximas eleições municipais; Que a
216 Comissão de Direito Processual Civil vai realizar *lives* em parceria com a ESA/RN; Que a
217 Comissão de Tecnologia da Informação está acompanhando os problemas da advocacia com o
218 Processo Judicial Eletrônico; Que a Comissão de Sociedade de Advogados despachou os
219 requerimentos que se encontravam com pendências. A Conselheira Vandréa Gomes Alves
220 propôs a publicitação, no *site* oficial e mídias correlatas, de um boletim informativo trimestral,
221 a contar deste exercício. Em complemento, que seja separado um espaço, no próprio site, para
222 divulgação de vídeos de 30s/40s; defendendo uma iniciativa prioritária/destaque. O Presidente
223 Seccional comunicou da necessidade de instauração de processo para alteração da tabela de
224 honorários, incluindo o item de cobrança para atendimento por videoconferência. Foi designado
225 o Conselheiro Emanuell Cavalcanti do N. Barbosa para relatar a matéria. Após, foi passada a
226 palavra à Presidente da OAB de Pau dos Ferros Maria Lidiana Dias de Sousa que relatou a
227 dificuldade de contato com as Comarcas, da necessidade de que a divulgação da produtividade
228 do Poder Judiciário seja efetuado com a classificação por Varas; que a Caern esclareça sobre a
229 notificação de reajuste na mensalidade de quase 12% do plano de saúde dos advogados; da
230 necessidade de discussão sobre o retorno dos prazos após 30 de abril de 2020. Por fim, solicitou
231 que as Comissões da OAB interatuem mais com as Subseccionais. Em seguida, foi passada a
232 palavra à Presidente da OAB Macau Valéria Carvalho de Lucena Pantaleão que destacou a
233 necessidade de divulgação da produtividade do Poder Judiciário, bem como que a OAB se
234 dedique a defender o retorno dos prazos após 30 de abril de 2020. Posteriormente, foi passada
235 a palavra ao Conselheiro Igor Silva de Medeiros que iniciou apresentação de proposta para



236 obtenção de linha de crédito aos advogados junto ao Banco do Nordeste, com taxas e condições
237 diferenciadas para todos os advogados do Rio Grande do Norte. Após, foi passada a palavra ao
238 Conselheiro Federal Francisco Canindé Maia que solicitou que a OAB/RN encampe a defesa
239 do retorno dos prazos processuais, conforme pesquisa efetuada pelo Conselho Federal da OAB.
240 Por fim, informou que o prazo para apresentação de prestações de contas da OAB foi
241 prorrogado até o final de junho de 2020. Depois, foi passada a palavra à Conselheira Federal
242 Ana Beatriz Presgrave que cumprimentou os presentes, e se colocou a disposição das
243 Subseccionais para participar dos cursos por videoconferência. Em seguida, foi passada a
244 palavra à Secretária-Geral Adjunta Milena da Gama Fernandes Canto que comunicou que a
245 Seccional tentou negociar o acesso dos advogados aos presídios com a Secretaria de Segurança
246 do Estado, porém sem êxito, o que motivou o protocolo de mandado de segurança, estando a
247 Seccional aguardando a resposta da ação. Comunicou, ainda, que a Corregedoria Nacional da
248 OAB solicitou que as Seccionais deem andamento aos julgamentos dos processos éticos-
249 disciplinares. Após, foi passada a palavra ao Conselheiro Cássio Leandro de Queiroz Rodrigues
250 que concordou com o retorno dos prazos dos processos judiciais, propondo que esses retornos
251 ocorram com disciplinamentos por áreas do direito. Nada mais havendo a tratar, o Presidente
252 agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a presente Sessão, às 20h35, do que, para
253 constar, eu, João Victor de Hollanda Diógenes, Secretário-Geral, mandei lavrar a presente ata,
254 que, conferida, segue assinada por mim, e pelo Presidente do Conselho Seccional da Ordem
255 dos Advogados do Brasil do Estado do Rio Grande do Norte.

256
257
258

Aldo de Medeiros Lima Filho
Presidente

259
260
261
262
263
264
265

João Victor de Hollanda Diógenes
Secretário-Geral